



**CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DE SÃO PAULO:  
DIVERSIFICAÇÃO DE AÇÕES NA EDUCAÇÃO ENTRE  
AS DÉCADAS DE 1950 E 1970**

Márcia dos Santos Ferreira  
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil  
[msf@ufmt.br](mailto:msf@ufmt.br)

**RESUMO**

O Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE) de São Paulo foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, em 1956, e funcionou em um dos prédios que hoje abrigam a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Dedicou-se à realização de pesquisas educacionais, ao oferecimento de cursos a professores e administradores escolares, ao assessoramento de sistemas de ensino e à experimentação pedagógica, contribuindo, também, para a mobilização política em defesa da Educação pública, universal, gratuita, laica e democrática. Suas articulações com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e seus setores voltados à Educação marcaram todo o seu período de funcionamento, que se encerrou no início da década de 1970, quando foi incorporado à FEUSP.

**Palavras-chave:** Pesquisa educacional. Universidade. Estado.

**CENTRO REGIONAL DE INVESTIGACIONES EDUCATIVAS DE SÃO PAULO:  
DIVERSIFICACIÓN DE ACCIONES EN EDUCACIÓN ENTRE  
LAS DÉCADAS DE 1950 Y 1970**

**RESUMEN**

El Centro Regional de Investigaciones Educativas (CRPE) de São Paulo fue creado por el Instituto Nacional de Estudios Pedagógicos en 1956 y operó en uno de los edificios que ahora albergan la Facultad de Educación de la Universidad de São Paulo (FEUSP). Se dedicó a la realización de investigaciones educativas, ofreciendo cursos a docentes y administradores escolares, asesorando sistemas de enseñanza y experimentación pedagógica, contribuyendo también a la movilización política en defensa de la Educación pública, universal, libre, laica y democrática. Su articulación con la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras de la USP y sus sectores dedicados a la Educación marcaron todo su período de funcionamiento, que finalizó a principios de la década de 1970, cuando se incorporó a la FEUSP.

**Palabras clave:** Investigación educativa. Universidad. Estado.

**SÃO PAULO REGIONAL CENTER FOR EDUCATIONAL RESEARCH:  
DIVERSIFICATION OF ACTIONS IN EDUCATION BETWEEN  
THE 1950S AND 1970S**



## ABSTRACT

The Regional Center for Educational Research (CRPE) of São Paulo was created by the National Institute of Pedagogical Studies in 1956 and operated in one of the buildings that now house the Faculty of Education of the University of São Paulo (FEUSP). It was dedicated to conducting educational research, offering courses to teachers and school administrators, advising teaching systems and pedagogical experimentation, also contributing to political mobilization in defense of public, universal, free, secular, and democratic education. Its articulations with the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters at USP and its sectors focused on Education marked its entire period of operation, which ended in the early 1970s, when it was incorporated into FEUSP.

Keywords: Educational research. University. State.

### **CENTRE REGIONAL DE RECHERCHE EN ÉDUCATION DE SÃO PAULO : DIVERSIFICATION DES ACTIONS EN EDUCATION ENTRE LES ANNEES 1950 ET 1970**

## RÉSUMÉ

Le Centre Régional de Recherche Pédagogique (CRPE) de São Paulo a été créé par l'Institut National d'Études Pédagogiques en 1956 et fonctionnait dans l'un des bâtiments qui abritent aujourd'hui la Faculté d'Éducation de l'Université de São Paulo (FEUSP). Il se consacrait à la conduite de recherches pédagogiques, à l'offre de cours aux enseignants et aux administrateurs scolaires, au conseil aux systèmes d'enseignement et à l'expérimentation pédagogique, contribuant également à la mobilisation politique en faveur de la défense des droits publics, universels, libres, laïcs et démocratiques. Ses articulations avec la Faculté de Philosophie, Sciences et Lettres de l'USP et ses secteurs dédiés à l'Éducation ont marqué toute sa période de fonctionnement, qui s'est achevée au début des années 1970, avec son intégration à la FEUSP.

**Mots clés:** Recherche en éducation. Université. État.

## INTRODUÇÃO

Uma referência para o estudo das relações entre as atividades do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE/SP), da Escola de Aplicação (EA) e da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) pode ser encontrada no seguinte trecho de um depoimento concedido por Florestan Fernandes, em 1989, ao INEP, então denominado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, para seu projeto Memória Viva da Educação Brasileira:



[...] o Centro produziu um trabalho criativo em São Paulo, suplementando a Faculdade de Filosofia e a Universidade de São Paulo numa área de pesquisa que jamais elas poderiam desenvolver por sua própria conta, ampliando os cursos de extensão e de atualização de professores de ensino de nível médio no Brasil inteiro, levando para esses cursos os melhores professores com os quais ele poderia contar, desenvolvendo programas de pesquisa de grande alcance. Se ele não fez mais, foi porque os meios foram escasseando. A Educação, quando não é esmagada pela ignorância, é esmagada pela escassez de recursos. Essa é a realidade. (FERNANDES, 1991, p. 36-37).

Hoje, em mais um momento de constrangimento da educação pública, observar indícios de como instituições do campo educacional paulista interagiram e se transformaram, da segunda metade dos anos 1950 ao início dos anos 1970, pode estimular reflexões sobre os embates na formulação de políticas públicas em Educação e as ações do Estado e da Universidade nesse processo.

Desenvolvendo atividades quando a Universidade ainda não havia consolidado espaços para a realização de pesquisas ou para o oferecimento de cursos de extensão, o CRPE/SP e os outros Centros congêneres criados pelo INEP, durante a gestão de Anísio Teixeira, contribuíram para a diversificação de ações no campo educacional, abrindo espaço para a experimentação pedagógica, para a realização de pesquisas científicas sobre a temática educacional, para o oferecimento de assessoria a estados e municípios, além de cursos a professores e administradores da educação de diversas partes do Brasil, tornando-se, por todas essas ações, um significativo espaço de mobilização política pela educação pública, universal, gratuita, laica e democrática, especialmente na fase final de tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, transcorrida entre 1959 e 1961.

## **DA CONSTRUÇÃO DE UM PRÉDIO À CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO PARA A PESQUISA EM EDUCAÇÃO**

O CRPE/SP iniciou suas atividades em 1956, em um prédio localizado na Cidade Universitária da USP, próximo ao Instituto Butantã. Nessa época, havia poucas edificações naquele espaço, localizado na antiga Fazenda do Butantã, na região oeste da capital paulista. Ainda em julho de 1955, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o então denominado Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e a Reitoria da USP assinaram um termo de acordo que entregava



o prédio mencionado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), que funcionava na região central da capital paulista. Nesse documento, o prédio era designado como “Instituto do Professor Primário” e, nele, estava previsto o funcionamento do “Centro Regional de Aperfeiçoamento do Magistério” (INEP, 1955). Quase um ano mais tarde, em maio de 1956, outro termo de acordo foi assinado entre as mesmas partes, confirmando a entrega do prédio à FFCL e definindo seu uso para o funcionamento do Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE) de São Paulo (INEP, 1956). O INEP se comprometia a contribuir para a manutenção do Centro, cujo Conselho de Administração, conforme definido em seu Plano de Organização (CRPE/SP, [1957]), seria formado por dois representantes do Departamento de Sociologia e Antropologia, dois da Seção de Pedagogia e dois escolhidos pelo diretor, dentre os membros da Congregação da FFCL da USP, evidenciando a interação estabelecida entre as duas instituições.

Fernando de Azevedo dirigiu o CRPE/SP de 1956 a 1961 e a primeira composição do Conselho de Administração contou com Egon Schaden e Florestan Fernandes, do Departamento de Sociologia e Antropologia; José Querino Ribeiro e Laerte Ramos de Carvalho, da Seção de Pedagogia; Antônio Cândido e Milton da Silva Rodrigues, que também respondia pela vice direção, ambos da Congregação da FFCL. Ruy Coelho e Eurípedes Simões de Paula passaram a integrar esse Conselho em 1959, após a saída de Florestan Fernandes e Antônio Cândido. A partir de 1961, na gestão de Laerte Ramos de Carvalho, o Conselho Deliberativo foi criado e contou, em sua primeira formação, com a participação de Arrigo Leonardo Angelini, Maria José Garcia Werebe, Octávio Ianni, Samuel Pfromm Netto e Fernando Henrique Cardoso (CRPE/SP, 1961).

Quando as atividades do CRPE/SP foram iniciadas, em 1956, os trabalhos da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais (DEPE) e da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais (DEPS) eram coordenados, respectivamente, por Joel Martins e Renato Jardim Moreira (CRPE/SP, 1956). Em 1957, a Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério (DAM) foi organizada e Joel Martins passou a coordená-la, com Dante Moreira Leite assumindo os trabalhos da DEPE. Em 1957, também foram organizados o Serviço de Recursos Audiovisuais (SRA), com Genésio Flores, a Seção de Publicações, com Eugênio Cesar Bertoncini, e as Classes Experimentais, coordenadas inicialmente por Jorge Nagle (CRPE/SP, 1957b). Em 1961, os responsáveis por essas divisões e serviços passaram a ser: Maria do Carmo Guedes (DEPE), Haydée Maria Roveratti (DEPS), Lybia de Mattos Bruno (Serviço de Estatística), Heládio Cesar Gonçalves Antunha (DAM), Horace



Hartsell (SRA), Dirvan Silveira Lima Teixeira (Seção de Publicações) e Sylvia Alves (Escola Experimental) (CRPE/SP, 1961). A partir de 1962, o CRPE/SP passou por modificações que o aproximaram do recém-criado Departamento de Educação da FFCL da USP. Ocupando simultaneamente a Direção do Centro e a Direção do Departamento de Educação da FFCL, Laerte Ramos de Carvalho articulou a transferência de parte significativa das atividades do Curso de Pedagogia para o prédio do CRPE/SP, por um lado e, por outro, unificou suas duas divisões de pesquisas na Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais e Sociais (DEPES) (SANTOS, 2015, p. 123). Desse momento em diante, a DEPES contou com os diretores: Maria José Garcia Werebe, José Augusto Dias, José Mário Pires Azanha e Celso Beisiegel. Entre 1965 e 1972, quando o CRPE/SP foi incorporado definitivamente à FEUSP, Carlos Mascaro, José Mário Pires Azanha, José Querino Ribeiro, José Geraldo de Toledo e Chicralla Haidar assumiram sua Direção.<sup>1</sup>

Cabe destacar que a Seção de Publicações do CRPE/SP era responsável pela revista Pesquisa e Planejamento e pela Série Estudos e Documentos. A revista Pesquisa e Planejamento teve 17 números publicados de junho de 1957 a maio de 1975 e é considerada o “núcleo formador da Revista da Faculdade de Educação da USP” (PENIN; SOUZA, 2010, p. 19), criada em 1975, e denominada, a partir de 1999, Educação e Pesquisa. A Série Estudos e Documentos foi incorporada pela FEUSP e existe até hoje (PENIN; SOUZA, 2010, p. 19).

Parte significativa do acervo da Biblioteca da FEUSP foi composta pela incorporação do acervo bibliográfico do CRPE/SP, ao passo que seu acervo documental e audiovisual se encontra preservado no Centro de Memória da Educação da FEUSP.

A Escola Experimental, criada em 1959 a partir da instalação das chamadas Classes Experimentais, por sua vez, também viveu esse processo de incorporação à USP, seja no processo de transformação em Escola de Demonstração, a partir de 1962, quando diversas disciplinas do curso de Pedagogia passaram a ser oferecidas no prédio do CRPE/SP, seja no encerramento das atividades do Centro, quando a FEUSP já havia sido criada e instalada, em 1970, no então “antigo” prédio do CRPE/SP, no qual, após modificações, reformas e ampliações, também passou a funcionar, a partir de 1972, a Escola de Aplicação.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Informações obtidas nos Relatórios de Atividades do CRPE/SP dos seguintes períodos: anual de 1962, anual de 1966, 1.º semestre de 1968, sucinto de 1970, de janeiro a outubro de 1972, sucinto de 1974. Documentos localizados no Arquivo Histórico do INEP, Brasília (DF).

<sup>2</sup> Informações sobre a Escola de Aplicação da FEUSP foram obtidas em Gordo (2010).



O entrelaçamento entre atividades e pessoas vinculadas ao CRPE/SP, a FFCL da USP e seus setores voltados aos estudos da Educação aconteceu durante todo o período de funcionamento do Centro, de 1956 ao início dos anos 1970, tomando aquele prédio como espaço de referência para um processo de transformação de práticas de pesquisa e de relação da Universidade com grupos diversificados de integrantes do campo educacional paulista e brasileiro.

## **ANÍSIO TEIXEIRA NO INEP E OS CENTROS DE PESQUISAS EDUCACIONAIS**

Esse espaço institucional criado, a partir de 1956, pelo CRPE/SP em interação com a FFCL, seu Departamento de Antropologia e Sociologia, sua Seção de Pedagogia, e, posteriormente, com seu Departamento de Educação, funcionou em articulação com outros Centros de Pesquisa: o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, do Rio de Janeiro, e os Centros Regionais de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, todos decorrentes de um projeto que começou a ser organizado em 1952, quando Anísio Teixeira assumiu a Direção do INEP.<sup>3</sup>

Anísio Teixeira levou ao INEP a experiência desenvolvida em sua gestão na Secretaria de Educação do Estado da Bahia, entre 1947 e 1951, na qual três iniciativas foram colocadas em prática: o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, o Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia/Columbia University, e a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia. Essas iniciativas integravam o plano de educação para a Bahia, elaborado por Anísio Teixeira, em 1947, ao retornar de uma experiência de trabalho como conselheiro de ensino superior na UNESCO que, segundo ele, havia lhe comunicado “o entusiasmo que, então, ressurgia, em todo o mundo, pela educação” (TEIXEIRA, 1967, p. 248). A partir de então, a UNESCO estaria presente em diversos momentos, fomentando a vinda ao Brasil de pesquisadores estrangeiros que participariam da realização de pesquisas e colaborariam para a organização dos Centros de Pesquisas do INEP.

O caráter inovador da articulação estabelecida entre as três iniciativas na Bahia pode ser identificado nas funções nelas atribuídas à pesquisa social e educacional, à experimentação pedagógica e ao financiamento público à pesquisa científica.

O Centro Educacional Carneiro Ribeiro iniciou suas atividades em Salvador, em 1950, colocando em funcionamento uma escola primária de cinco anos de duração, com ensino em tempo

---

<sup>3</sup> Sobre o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Centros Regionais, ver Ferreira (2006).



integral, que incluía formação para o trabalho e atendia a estudantes pobres, oriundos do bairro da Liberdade, onde estava localizada (ABREU, 1960, p. 57). Além disso, segundo Anísio Teixeira, a escola funcionava como “centro de demonstração do ensino primário, onde também se processa o trabalho de aperfeiçoamento do magistério primário” (TEIXEIRA, 1967, p. 250). Por sua vez, o Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia/Columbia University, criado em 1949, reuniu um grupo de cientistas sociais brasileiros e norte-americanos para, através da realização de pesquisas, conhecer a sociedade e a cultura rural da Bahia, focalizando os processos e mudança que nela estavam se processando para permitir “aos administradores estaduais organizar planos mais eficientes para atender às necessidades educacionais e sanitárias da grande população rural” (WAGLEY; AZEVEDO; COSTA PINTO, 1950, p. 9). Quando esse programa de pesquisas passou a integrar o projeto de pesquisas sobre relações raciais no Brasil, promovido pela UNESCO, entre 1951 e 1952, a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia foi organizada e passou a administrá-lo. Essa fundação, primeira do tipo no Brasil (MAIO, 1997, p. 85), contava com recursos garantidos pela Constituição Estadual da Bahia (ARAÚJO; MOTA; BRITTO, 2001, p. 27-28) e, além do departamento de ciências sociais, também possuía um departamento de ciências físicas e outro de ciências biológicas (ABREU, 1960, p. 54).

No INEP, a partir de 1952, Anísio Teixeira e sua equipe passaram a planejar como colocar em prática, em âmbito nacional, aquelas experiências trazidas da Bahia, que articulavam o financiamento ao trabalho de pesquisadores com sólida formação científica, obtida no Brasil e no exterior; a indução à realização de pesquisas em áreas do conhecimento consideradas relevantes para a Educação brasileira, em suas diversas regiões; e, também, a abertura de possibilidades de experimentação pedagógica e de formação complementar aos professores e administradores da educação no setor público. As atividades que passaram a ser conduzidas no INEP eram pautadas pelas ideias “de descentralização administrativa da educação e de utilização do conhecimento científico e da experimentação educacional como fundamentos para a elaborações de políticas públicas” (FERREIRA, 2006, p. 57).

Nesse contexto, entre 1952 e 1955, diversas reuniões foram realizadas entre a equipe do INEP, representantes da UNESCO, pesquisadores estrangeiros enviados ao Brasil por esse órgão internacional e pesquisadores brasileiros, no sentido de contribuir para a definição dos objetivos e forma de organização dos Centros de Pesquisas Educacionais. Esse processo culminou no Decreto



n. 38.460, de 28 de dezembro de 1955, que instituiu o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Centros Regionais, com a finalidade de “dotar o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos de meios adequados à pesquisa educacional em toda a extensão do território brasileiro, para melhor cumprimento de seus objetivos fundamentais de estudo e aperfeiçoamento do magistério primário e normal” (BRASIL, 1955). No Art. 2º, do Decreto 38.460, os objetivos dos Centros de Pesquisa foram apresentados:

- I – pesquisa das condições culturais e escolares e das tendências de desenvolvimento de cada região e da sociedade brasileira como um todo, para o efeito de conseguir-se a elaboração gradual de uma política educacional para o país;
- II – elaboração de planos, recomendações e sugestões para a revisão e a reconstrução educacional do país – em cada região – nos níveis primário, médio e superior e no setor de educação de adultos;
- III – elaboração de livros de fontes e de textos, preparo de material de ensino, estudos especiais sobre administração escolar, currículos, psicologia educacional, filosofia da educação, medidas escolares, formação de mestres e sobre quaisquer outros temas que concorram para o aperfeiçoamento do magistério nacional;
- IV – treinamento e aperfeiçoamento de administradores escolares, orientadores educacionais, especialistas de educação e professores de escolas normais e primárias.

No contexto social de profundas mudanças socioeconômicas e culturais de meados da década de 1950 no Brasil, essa definição de objetivos dos Centros de Pesquisas do INEP indicava que a elaboração de pesquisas sobre a realidade social e educacional do país, em suas diversas regiões, assim como as atividades de formação oferecidas ao magistério e aos administradores escolares, poderiam contribuir para a modificação das concepções e práticas pedagógicas até então vigentes, além de participar na formulação de uma política educacional para o país, em bases democráticas.

A questão da necessidade de ajuste das políticas educacionais às mudanças que estavam em curso no Brasil em direção à sociedade urbana e industrial era recorrente naquele momento. Em suas formulações acerca dos objetivos educacionais adequados à sociedade urbana e industrial, nesse contexto, Anísio Teixeira associava à necessidade de formação do trabalhador uma forte preocupação com a democratização da vida social no Brasil. Conforme explica Marlos Rocha (1996, p. 209), nos escritos de Anísio Teixeira “jamais se justificará a modernidade educacional



pelas exigências de atualização da ordem econômica. O fundamento de sua justificativa faz-se por razão política: a moderna constituição da cidadania e da convivência democrática”.

Anísio Teixeira, em 1953, ao apresentar os objetivos que deveriam orientar a escola primária na sociedade moderna, afirmava:

A sua finalidade é, como diz o seu próprio nome, ministrar uma educação de base, capaz de habilitar o homem ao trabalho nas suas formas mais comuns. Ela é que forma o trabalhador nacional em sua grande massa. [...] Por isso mesmo, não pode ser uma escola de tempo parcial, nem uma escola somente de letras, nem uma escola de iniciação intelectual, mas uma escola sobretudo prática, de iniciação ao trabalho, de formação de hábitos de pensar, hábitos de fazer, hábitos de trabalhar e hábitos de conviver e participar em uma sociedade democrática, cujo soberano é o próprio cidadão. (TEIXEIRA, 1956, p. 22).

Essa preocupação com a democracia numa sociedade em mudança estava presente na obra de diversos intelectuais da época, como Paulo Freire e Florestan Fernandes.

Em seu primeiro livro, intitulado “Educação e atualidade brasileira”, de 1959, Paulo Freire apresentava sua concepção de como a educação participaria no processo de democratização e no processo de desenvolvimento econômico:

a nossa educação tem de apresentar uma duplicidade de planos instrumentais: o do preparo técnico com que se situará o homem nacional aptamente no processo de desenvolvimento. O da formação de disposições mentais com que adira ao desenvolvimento, aceitando, inclusive conscientemente, os traumas e as restrições decorrentes da industrialização, às vezes necessariamente apressada. Formação de disposições mentais democráticas com as quais se identifique com o clima cultural novo. (FREIRE, 1959, p. 18).

Paulo Freire apontava, nesse livro, os aspectos democratizantes que deveriam orientar a reforma educacional para sincronizar o ensino com a realidade brasileira em fase de transição. Em “Educação e atualidade brasileira”, conforme explica Celso Beisiegel (1992, p. 99-100):

*A educação para a democracia confundia-se com a prática da democracia na educação. A mera multiplicação do número de oportunidades de matrícula não representava uma democratização real do ensino. A extensão das oportunidades era, sem dúvida, importante. Mas, quando esta alteração quantitativa não visse acompanhada de outras modificações essencialmente democratizadoras, enquanto fossem preservadas as características da escola então existente, a multiplicação de oportunidades somente estenderia a ação domesticadora do ensino a um número maior de brasileiros.*



Florestan Fernandes, em trabalhos elaborados na década de 1950, apresentou os princípios democráticos e as finalidades práticas, também democráticas, que deveriam ser tomados como referência a uma reconstrução educacional capaz de intervir em todos os aspectos e níveis da educação brasileira:

As inovações terão que se ligar a certos princípios gerais, inerentes à intenção de preparar personalidades democráticas para uma ordem social democrática, e atender certos fins práticos, com o desenvolvimento da consciência de afiliação nacional e dos direitos e dos deveres do cidadão, de uma ética da responsabilidade, da capacidade de julgamento autônomo de pessoas, valores e movimentos sociais etc. Portanto, exige reforma não em setores isolados, mas no sistema educacional como um todo, em sua estrutura, em seu funcionamento e na mentalidade pedagógica que alimenta, predominantemente, as expectativas dos círculos conservadores, dentro ou fora do ensino. (FERNANDES, 1960, p. 103).<sup>4</sup>

Neste contexto de ideias e discussões sobre as necessidades educacionais em uma sociedade democrática, Florestan Fernandes manifestava sua “simpatia e entusiasmo” em relação à iniciativa de criação dos Centros de Pesquisas do INEP (FERNANDES, 1966, p. 568),<sup>5</sup> uma vez que as pesquisas que seriam promovidas por essas instituições poderiam oferecer “os pontos de apoio para desencadear semelhante reconstrução educacional” (FERNANDES, 1966, p. 578).

O sentido fundamental atribuído às atividades de pesquisas dos Centros do INEP no momento de sua criação, em meados da década de 1950, era, através de pesquisas científicas, experimentações pedagógicas e cursos de atualização, contribuir no processo de introdução de modificações dos sistemas de ensino e em seus métodos para que a Educação participasse como um fator social construtivo ao desenvolvimento e à democratização da sociedade brasileira, em cada uma de suas regiões.

Anísio Teixeira permaneceu na Direção do INEP até 1964, quando o golpe civil-militar instaurado modificaria a orientação democratizante de suas atividades. Os Centros foram perdendo gradualmente relevância na estrutura do órgão e, no início dos anos 1970 encerraram suas atividades.

---

<sup>4</sup> Artigo originalmente publicado na revista *Anhembi*, v. 16, n. 48, p. 450-471, 1954.

<sup>5</sup> Trabalho apresentado originalmente à reunião de 18 de agosto de 1955, em que foram discutidos os planos de organização do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.



## **CRPE/SP: PESQUISAS, CURSOS, EXPERIMENTAÇÃO PEDAGÓGICA, ASSESSORIA E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA**

O compromisso com a educação democrática pode ser identificado nas ações do CRPE/SP através do processo de elaboração do manifesto *Mais Uma Vez Convocados*, de 1959, transcorrido durante a fase final tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que seria aprovada em 1961.

O CRPE/SP, a FFCL da USP e o CBPE, no Rio de Janeiro, desempenharam um papel importante como espaço de mobilização, em um momento de recrudescimento das disputas entre os defensores da escola pública e os defensores do financiamento público às escolas privadas. Nesse contexto, marcado pela apresentação de um projeto substitutivo pelo deputado Carlos Lacerda, que, ao definir a educação como prerrogativa da família, delegava ao Estado o estímulo à iniciativa privada, através de financiamento, representação em órgãos diretivos e reconhecimento oficial (LACERDA, 1960), intelectuais e políticos defensores da escola pública, universal, gratuita e, fundamentalmente, laica iniciaram um movimento que alcançou repercussão nacional e interferiu no processo de tramitação da LDBEN em curso, estimulando, inclusive, a Campanha em Defesa da Escola Pública, criada em São Paulo, em 1960.

Com redação final de Fernando de Azevedo, o manifesto *Mais uma Vez Convocados* reafirmava os princípios educacionais presentes no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, e enfatizava a educação pública como a responsável pelo progresso da civilização industrial e democrática:

Toda a história do ensino nos tempos modernos é a história de sua inversão em serviço público. É que a educação pública é a única que se compadece com o espírito e as instituições democráticas, cujos progressos acompanha e reflete, e que ela concorre, por sua vez, para fortalecer e alargar com seu próprio desenvolvimento. [...] A ideia da educação pública – conquista irreversível das sociedades modernas; a de uma educação liberal e democrática; e a de educação para o trabalho e o desenvolvimento econômico e, portanto, para o progresso das ciências e da técnica que residem à base da civilização industrial, são as três teses fundamentais defendidas por educadores progressistas do mundo inteiro. (MAIS UMA VEZ CONVOCADOS, 1959, p. 24-25).



O manifesto foi assinado por diversos intelectuais vinculados à Educação, aos Centros de Pesquisas do INEP, e, também, por representantes do mundo político, acadêmico e artístico nacional, sendo publicado pelos jornais O Estado de S. Paulo e Diário do Congresso Nacional, em julho de 1959, e, posteriormente, no Diário de Notícias, Jornal do Comércio, assim como pela revista Pesquisa e Planejamento (CRPE/SP), revista Educação e Ciências Sociais (CBPE) e Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (INEP).

Em maio de 1960, foi lançada a Campanha em Defesa da Educação Pública, que também alcançou repercussão nacional e contou com Florestan Fernandes como um de seus principais representantes. A campanha definiu como seus objetivos primordiais: 1) defender a escola pública, entendida como a única capaz de proporcionar educação, sem restrições econômicas, ideológicas, raciais, sociais ou religiosas, a todos os indivíduos; 2) impedir que o Estado perdesse sua autonomia na realização das tarefas educacionais e investisse recursos públicos em escolas criadas pela iniciativa privada; e, 3) esclarecer e alertar as opiniões para que todos os cidadãos se preocupassem com os problemas educacionais brasileiros e procurassem influenciar os partidos e o governo nesse campo (FERNANDES, 1966b, p. 356).<sup>6</sup>

Essa mobilização contundente ocorrida em São Paulo, entre os anos de 1959 e 1960, para as discussões relativas à LDBEN, pode ser relacionada, entre outros fatores, às demais ações desenvolvidas pelo CRPE/SP, desde 1956.

Dentre as principais pesquisas promovidas pelo CRPE/SP,<sup>7</sup> figuram diversos *levantamentos de redes escolares*, como: 1) Levantamento do Ensino Primário no Estado de São Paulo, realizado entre 1957 e 1962, e coordenado por Renato Jardim Moreira; 2) Cadastro escolar do município de São Paulo, realizado entre 1960 e 1961, e coordenado por Haydée Roveratti e Maria do Carmo Guedes; 3) Levantamento do Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo, coordenado por Maria José Garcia Werebe, entre 1956 e 1958. Também foram elaborados *instrumentos de avaliação da aprendizagem*, como: 1) Ficha de Observação de Alunos, coordenada por José Mário Pires Azanha, entre 1957 e 1958; 2) Escalas de Escolaridade, realizada por Silvia Maurer, Maria do Carmo Guedes, entre outros, de 1957 a 1960. Dentre as pesquisas sobre *métodos de ensino e*

---

<sup>6</sup> Originalmente publicado em 1960, no livro Diretrizes e Bases da Educação Nacional, organizado por Roque Spencer Maciel de Barros (São Paulo, Livraria Pioneira Ed.).

<sup>7</sup> O levantamento completo das pesquisas realizadas pelo CRPE/SP está disponível em Ferreira (2006). A classificação das pesquisas foi baseada em Gouveia (1971).



*recursos didáticos*, figuram: 1) O papel de atividades extracurriculares no rendimento escolar (escola secundária), de Haydée Roveratti e José Fábio Barbosa da Silva, realizada entre 1958 e 1960; 2) Análise de conteúdo de livros de leitura, Dante Moreira Leite, de 1958. Sobre *administração da educação*, entre outras: Planejamento da expansão da rede escolar primária de Santos, de Maria do Carmo Guedes e Haydée Roveratti, de 1960; e sobre *aprendizagem e desenvolvimento psicológico*: O vocabulário da criança da escola primária, realizada por Dante Moreira Leite, em 1959.

Além dessas pesquisas, o CRPE/SP também promoveu, entre 1956 e 1960, pesquisas sociológicas sobre temas educacionais, como as realizadas por Celso Beisiegel, sobre aspectos políticos e sociais da expansão do ensino secundário no estado de São Paulo,<sup>8</sup> e por Luiz Pereira, sobre o ensino primário e sobre o magistério desse nível de ensino,<sup>9</sup> que contribuíram para modificar a forma tradicional de interpretação da dinâmica escolar. A partir de então, os resultados dessas pesquisas apontaram para as possibilidades abertas pela compreensão dos problemas educacionais como “problemas sociais”, ou seja, como manifestações parciais de problemas que não se limitavam ao âmbito restrito da escola, mas que estavam imersos em problemas sociais gerais da comunidade nacional brasileira (PEREIRA, 1968). Este trabalho de Luiz Pereira e outros trabalhos de pesquisadores vinculados ao CRPE/SP e/ou a FFCL da USP foram apresentados e debatidos em um Simpósio, realizado no CRPE/SP, no início de setembro de 1959.

O Simpósio sobre Problemas Educacionais Brasileiros foi organizado com o objetivo de promover a realização de um diagnóstico da situação escolar brasileira, além de reunir representantes de todos os Centros de Pesquisas do INEP em São Paulo para debater questões relativas à educação brasileira naquele contexto histórico. Sua organização envolveu a discussão de três temas: 1) Técnicas e problemas da mudança cultural provocada em face da organização e funcionamento do sistema educacional brasileiro; 2) Diagnóstico de uma situação educacional; 3) A escola como fonte de tensões e fator de desenvolvimento na sociedade brasileira. Os trabalhos

---

<sup>8</sup> O projeto “Ação Política e Expansão da Rede Escolar” foi proposto em 1960, com resultados publicados em Beisiegel (1964).

<sup>9</sup> O trabalho “Rendimento e deficiências do ensino primário brasileiro” foi apresentado por Luiz Pereira no Simpósio sobre Problemas Educacionais Brasileiros, realizado no CRPE/SP, em 1959, sendo publicado na Revista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara (n. 1), em 1960; no vol. 6 da série Estudos e Documentos, em 1968; e, com acréscimo da seção final, no livro Estudos sobre o Brasil Contemporâneo (São Paulo, Livraria Pioneira Ed.), em 1971. O livro “O professor primário metropolitano”, de Luiz Pereira, foi publicado pelo CBPE, em 1963, como terceiro número da Coleção O Brasil Urbano.



apresentados foram reunidos e publicados pelo CRPE/SP, em 1967 e 1968, em dois volumes da série Estudos e Documentos.

Outra vertente de ações promovidas pelo CRPE/SP foi o oferecimento de cursos e seminários, voltados principalmente para professores e administradores escolares do ensino primário. Entre os oferecidos de 1957 a 1961,<sup>10</sup> destacam-se: I Seminário de Professores Primários (07/01 a 04/02/1957); Cursos de Especialistas em Educação para a América Latina (duração de um ano letivo, realizado por 9 anos a partir de 1958); Curso para Delegados de Ensino (03 a 13/03/1958); Curso Intensivo para Inspectores Escolares (duração de 15 dias, 3 turmas ao longo do 2.º semestre de 1958); Cursos de Férias para o Magistério Estadual (1960 e 1961).

Além dessas atividades, cumpre destacar o projeto de instalação de uma escola experimental no CRPE/SP, elaborado por Jorge Nagle, que à época era professor do Instituto de Educação Padre Anchieta. O funcionamento de duas classes experimentais foi autorizado, em 1959, pelo Secretaria de Educação do Estado, através do Ofício GS-861, de 26 de fevereiro (CRPE/SP, 1959). Gradualmente, novas salas foram instaladas e professoras contratadas. Em 1961, as classes experimentais passaram a ser coordenadas por Sylvia Alves e contavam com 97 estudantes, em turmas de 1º, 2º e 3º ano (CRPE/SP, 1961).

A aprovação da LDBEN, em dezembro de 1961, gerou repercussões nas atividades de todos os Centros de Pesquisas do INEP. No CRPE/SP, já na gestão de Laerte Ramos de Carvalho, os projetos de pesquisa propostos podem ser relacionados aos esforços no sentido da elaboração do plano estadual de educação, com foco nos ensinos de nível primário e secundário, como: A rede escolar no município de Rio Claro e os fatores responsáveis pela evasão na escola primária, de 1962; e Elaboração de um plano de educação secundária, iniciado em 1964 (FERREIRA, 2006, anexo 1, p. 17-18). A partir de 1964, estudos sobre o ensino secundário ganharam espaço, sobretudo em função das discussões sobre a terminalidade desse nível de ensino e sobre o acesso aos cursos superiores.

Uma iniciativa marcante empreendida pelo CRPE/SP, a partir de 1963, foi a assessoria aos estados das regiões norte e nordeste. O Programa de Assistência Educacional aos Estados do Norte e Nordeste foi realizado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, através do CRPE/SP,

---

<sup>10</sup> Outras informações sobre os cursos e seminários oferecidos pelo CRPE/SP, no período de 1956 a 1961, estão disponíveis em Ferreira (2001).



com recursos recebidos do Programa de Emergência do MEC, elaborado ainda na gestão de Darcy Riberio, e contou com a coordenação de José Mário Pires Azanha (CRPE/SP, [1967?]).

Em seu primeiro ano de funcionamento, o programa selecionou e preparou 70 professores, que formaram as equipes encaminhadas a nove estados das regiões norte e nordeste, nos quais foi desenvolvido o trabalho de aperfeiçoamento e treinamento de professores leigos e titulados (CRPE/SP, [1967?], p. 3). Devido ao sucesso alcançado por essa iniciativa, o MEC apoiou a continuidade do programa em 1964. A partir de então, sua colaboração foi estendida a outras áreas de atuação das secretarias estaduais de educação, transformando-se no Programa de Assistência Técnica em Educação (PATE), que lançou as bases de um serviço de cooperação técnica oferecida pela União aos estados (CRPE/SP, [1967?], p. 1-4).

Em 1965, o PATE, ainda sob a coordenação de José Mário Azanha, foi reformulado, com ampliação de seus objetivos, retirada de seu caráter assistencial e transformação num serviço permanente de colaboração e assessoria junto às secretarias estaduais de educação (CRPE/SP, [1967?], p. 07).

Em novembro de 1968, o PATE teve suas funções unificadas às de outros programas de assistência técnica do INEP, passando a subordinar-se à Coordenação do Programa de Assistência Técnica daquele órgão (CBPE, 1969, p. 22) e deixando de desenvolver as atividades que singularizaram sua atuação até 1967, quando ainda era coordenado por José Mário Pires Azanha.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O CRPE/SP, ao longo de todo o seu período de funcionamento, esteve articulado com a Universidade de São Paulo, especialmente com seus setores comprometidos com os estudos da Educação, e com o INEP, órgão do MEC que oferecia parte dos recursos necessários ao desenvolvimento das atividades e indicava as diretrizes de trabalho.

Como um espaço institucionalizado de contato entre professores, técnicos, estudantes e pesquisadores egressos da universidade, por um lado; e, por outro, administradores públicos, técnicos, assessores e as propostas de ação oriundas do governo federal; considerando, também, as relações estabelecidas com professores e administradores de escolas e de sistemas escolares de



diversas partes do país, o CRPE/SP reuniu condições favoráveis à realização de diversas de ações na esfera educacional, dotadas de dinâmica própria e singular.

Além de pesquisas educacionais, o CRPE/SP realizou trabalhos de assessoria, ofereceu cursos a professores primários e administradores escolares, criou espaços de experimentação educacional para o ensino primário, organizou publicações científicas e, ao reunir pessoas vinculadas a todas essas atividades, também funcionou como um espaço importante para a mobilização política em favor da Educação pública, universal, gratuita e laica, em um dos momentos da história da educação brasileira em esses ideais se encontravam ameaçados.

Se mais não fez, conforme afirmou Florestan Fernandes, “foi porque os meios foram escasseando”. À medida que a democracia foi perdendo terreno, as atividades do CRPE/SP e o espaço de mobilização por ele criado tornaram-se incongruentes com as novas diretrizes políticas, se transformando dentro dos limites das possibilidades, até sua extinção. Afinal, “a Educação, quando não é esmagada pela ignorância, é esmagada pela escassez de recursos. Essa é a realidade” (FERNANDES, 1991, p. 37).

## REFERÊNCIAS

ABREU, Jayme. Anísio Teixeira e a educação na Bahia. *In: ABREU, Jayme et al. Anísio Teixeira: pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960. p. 1-68.

ARAÚJO, Marta Maria de; MOTA, Carlos Guilherme; BRITTO, Jader de Medeiros. Anísio Teixeira, pensador radical. *In: MONARCHA, Carlos (org.). Anísio Teixeira: a obra de uma vida*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 17-48.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Ação política e expansão da rede escolar. **Pesquisa e Planejamento**, n. 8, p. 99-198, dez./1964.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e Educação Popular** (a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil). 3. ed. São Paulo: Ática, 1992.

**BRASIL**. Decreto n. 38.460, de 28 de dezembro de 1955. Institui o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e centros regionais. Rio de Janeiro (DF): Senado Federal, 1955. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/461043/publicacao/15698733>. Acesso em: 10 jun. 2021.

CBPE. **Boletim Informativo do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais**, n. 138, jan./1969.



CRPE/SP. **Relatório de Atividades do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo** – 1956. Arquivo Histórico do INEP, Brasília (DF), caixa 30, maço 549, pasta 01.

CRPE/SP. **Plano de organização do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo** (com instruções de serviço). [1957]. Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da USP, São Paulo (SP), Arquivo CRPE, SD, CD, caixa 1, documento 13.

CRPE/SP. **Relatório de Atividades do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo** – 1957b. Arquivo Histórico do INEP, Brasília (DF), caixa 29, maço 541, pasta 01.

CRPE/SP. **Relatório de Atividades do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo** – 1959. Arquivo Histórico do INEP, Brasília (DF), caixa 29, maço 356, pasta 01.

CRPE/SP. **Relatório de Atividades do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo** – 1961. Arquivo Histórico do INEP, Brasília (DF), caixa 04, maço 25, pasta 01.

CRPE/SP. **Relatório PATE** [1967?]. Arquivo Histórico do INEP, Brasília (DF), caixa 32, maço 573, pasta 2.

FERNANDES, Florestan. Existe uma crise da democracia no Brasil? *In*: FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960. p. 84-105.

FERNANDES, Florestan. O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. *In*: FERNANDES, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus Editora, 1966. p. 565-578

FERNANDES, Florestan. Objetivos da Campanha em Defesa da Escola Pública. *In*: FERNANDES, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo, Dominus Ed., 1966b. p. 354-358.

FERNANDES, Florestan. A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança social provocada. *In*: **Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada**. 3. ed. São Paulo, Livraria Pioneira Ed., 1976. p. 160-219.

FERNANDES, Florestan. **Florestan Fernandes**. Brasília: INEP, 1991. (Memória viva da educação brasileira, v. 1). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002346.pdf> . Acesso em: 12 jun. 2021.

FERREIRA, Márcia dos Santos. **O Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (1956/1961)**. 2001. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-29102001-143059/pt-br.php>. Acesso em: 19 maio 2021.

FERREIRA, Márcia dos Santos. **Centros de Pesquisas do INEP: pesquisa e política educacional entre as décadas de 1950 e 1970**. 2006. 256 f. Tese (Doutorado em Educação) –



Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-21062007-150919/pt-br.php>. Acesso em: 10 maio 2021.

FREIRE, Paulo. Educação e atualidade brasileira. Tese de concurso para a cadeira de História e Filosofia da Educação na Escola de Belas Artes de Pernambuco. Recife: [s.n.], 1959. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/1976>. Acesso em: 10 jun. 2021.

GORDO, Nivia. **História da Escola de Aplicação da FEUSP (1976-1986): a contribuição de José Mário Pires Azanha para a cultura escolar**. 2010. 201 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11112010-110318/pt-br.php>. Acesso em: 10 maio 2021.

GOUVEIA, Aparecida Joly. A pesquisa educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 1, p. 01-47, 1971. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/linkPdf.php?pdf=10018022-1.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2021.

INEP. **Termo de acordo celebrado entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos**, do Ministério da Educação e Cultura, e a Reitoria da Universidade de São Paulo, para a manutenção do Centro Regional de Aperfeiçoamento do Magistério de São Paulo, de 19 de julho de 1955. Arquivo Histórico do INEP, Brasília (DF), caixa 05, maço 32, pasta 01.

INEP. **Termo de acordo celebrado entre o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos**, do Ministério da Educação e Cultura, e a Reitoria da Universidade de São Paulo, para a instalação e manutenção do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo, de 22 de maio de 1956. Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da USP, São Paulo (SP), Arquivo CRPE, SD, CD, caixa 2, documento 20.

LACERDA, Carlos. Substitutivo ao projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional apresentado à Câmara dos Deputados pelo Dep. Carlos Lacerda a 15 de janeiro de 1959. In: BARROS, Roque Spencer Maciel de (org.). **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. São Paulo, Livraria Pioneira Ed., 1960. p. 504-522.

MAIO, Marcos Chor. **A História do Projeto UNESCO: estudos raciais e ciências sociais no Brasil**. Orientador: José Murilo de Carvalho. 1997. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 1997.

MAIS UMA VEZ CONVOCADOS. Manifesto dos Educadores. **Educação e Ciências Sociais**, v. 4, n. 10, abr. 1959, p. 05-33.

PENIN, Sonia; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. **Revista Educação e Pesquisa – 10 anos e Revista da Faculdade de Educação – 35 anos**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.



especial, p. 17-21, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022010000400002>. Acesso em: 10 jun. 2021.

PEREIRA, Luiz. Rendimento e deficiências do ensino primário brasileiro. In: CRPE/SP. **Diagnóstico de uma situação educacional**. A escola como fonte de tensões e fator de desenvolvimento na sociedade brasileira. São Paulo: Centro Regional de Pesquisas Educacionais Prof. Queiroz Filho, 1968, p. 11-24 (Série Estudos e Documentos, v. 6).

ROCHA, Marlos B. Mendes da. Posfácio: Anísio Teixeira ou um projeto mais feliz de moderno. In: TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um direito**. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1996. p. 193-221.

SANTOS, Alexsandro do Nascimento. Origens da Faculdade de Educação da USP: o Departamento de Educação da FFCL (1962-1969). 2015. 211 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05042016-133652/pt-br.php>. Acesso em: 10 maio 2021.

TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 26, n. 63, jul./set. 1956, p. 03-31. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/452/89>. Acesso em: 01 jun. 2021.

TEIXEIRA, Anísio. A Escola Parque da Bahia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 47, n. 106, abr./jun. 1967, p. 246-253. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/parque.htm>. Acesso em: 01 jun. 2021.

WAGLEY, Charles; AZEVEDO, Thales de; COSTA PINTO, Luiz A. **Uma pesquisa sobre a vida social no estado da Bahia**. Bahia: Secretaria de Educação e Saúde, 1950. (Publicações do Museu do Estado, n. 11).

Recebido em: 08 de julho de 2021

Aceito em: 27 de novembro de 2021